



PatryTer

ISSN: 2595-0169

revistapatryter@unb.br

Universidade de Brasília

Brasil

Marcelino, Denise de Camargo; Mariano, Neusa de Fátima
A Festa de Santos Reis como resistencia espacial da cultura caipira (Jquitiba-SP)
PatryTer, vol. 7, núm. 13, e42806, 2024
Universidade de Brasília
Brasil

DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v7i13.42826>

Disponibile en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=604076799001>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc

Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso
abierto

A Festa de Santos Reis como resistencia espacial da cultura caipira (Jquitiba-SP)

Denise de Camargo Marcelino¹

Neusa de Fátima Mariano²

Resumo: A Festa de Santos Reis, uma manifestação da cultura caipira e do catolicismo popular, é realizada anualmente no município de Jquitiba-SP, no bairro rural dos Camargos. A partir dos conceitos de território e de territorialidade, busca-se compreender e refletir sobre a permanência de elementos da cultura caipira, tal como a Festa de Santos Reis, diante do avanço do processo de urbanização. O trabalho de campo para o registro de relatos orais de seus moradores, bem como a obtenção de demais informações durante a festividade, foi fundamental para a realização da pesquisa. É possível considerar, com a investigação, que apesar de a expansão urbana ter incidido sobre os modos de vida tradicionais, as diferentes apropriações do espaço se refletem na formação de territórios simbólicos que sustentam práticas da cultura caipira, tal como a Festa de Santos Reis, o que lhe confere o caráter de resistência.

Palavras-chave: territorialidades; bairro rural; catolicismo popular.

La Fiesta de los Reyes Magos como resistencia espacial de la cultura caipira (Jquitiba-SP)

Resumen: La Fiesta de los Reyes Magos, manifestación de la cultura caipira y del catolicismo popular, se realiza anualmente en el municipio de Jquitiba-SP, en el barrio rural de Camargos. A partir de los conceptos de territorio y territorialidad, buscamos comprender y reflexionar sobre la permanencia de elementos de la cultura caipira, como la Fiesta de los Reyes Magos, frente al avance del proceso de urbanización. El trabajo de campo para registrar los relatos orales de sus pobladores, así como la obtención de otra información durante la festividad, fue fundamental para la investigación. Es posible considerar, con la investigación, que a pesar de que la expansión urbana se haya centrado en los modos de vida tradicionales, las diferentes apropiaciones del espacio se reflejan en la formación de territorios simbólicos que sustentan prácticas de la cultura caipira, como la Fiesta de los Reyes Magos, lo que le da el carácter de resistencia.

Palabras-clave territorialidades; barrio rural; catolicismo popular.

The Three Kings Day Festival as a spatial resistance of the caipira culture (Jquitiba-SP)

Abstract: The Three Kings Day Festival, a manifestation of caipira culture and popular Catholicism, is held annually in the municipality of Jquitiba-SP in the rural district of Camargos. Based on the concepts of territory and territoriality, we seek to understand and ponder on the permanence of the elements of caipira culture, such as the Three Kings Day Festival in the face of the increasing urbanization process. The field research for the registration of oral reports from its inhabitants, as well as the obtaining of other information during the festivities, was fundamental for this research. It is possible to consider, with the investigation, that although the urban expansion has affected the traditional ways of life, the different space appropriations are reflected in the formation of symbolic territories that sustain caipira culture practices, such as the Three Kings Day Festival, which gives it the character of resistance.

Keywords: territorialities; rural neighborhood; popular Catholicism.



Como citar este artículo: Camargo Marcelino, D. & Mariano, N. (2024). A Festa de Santos Reis como resistência espacial da cultura caipira (Jquitiba-SP). *PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades*, 7(13), e42809. DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v7i13.42826>

¹ Mestra em Geografia pela Universidade Federal de São Carlos/UFSCar. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8159-3458>. E-mail: denisedcmarcelino@gmail.com.

² Professora doutora da Universidade Federal de São Carlos/UFSCar. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3472-7158>. E-mail: neusa@ufscar.br.

Recebido: fevereiro de 2023. **Aceito:** maio de 2023. **Publicado:** março de 2024.

1. Introdução

Na diversidade que compõe a cultura caipira, é necessário retratar o histórico de ocupação das áreas do Estado de São Paulo que podem auxiliar no entendimento da complexidade histórica das permanências e condicionamentos atuais na organização espacial que a fortalece. Os aldeamentos indígenas instituídos por volta do século XVII no Estado de São Paulo sob atuação dos jesuítas, proveram uma singularidade na formação do homem vinculado à terra. Contribuiu, posteriormente, com a constituição de núcleos rurais no século XIX que deram origem a uma área denominada “cinturão caipira”, segundo Petrone (1995), onde se prenunciou o desenvolvimento do modo de vida caipira.

Para Candido (2010), a população caipira é oriunda do processo de povoamento do território iniciado no interior paulista, sob a área de influência de passagem dos bandeirantes, denominada Paulistânia. Esta, por sua vez, é marcada pela junção de traços culturais portugueses e indígenas, formando assim, uma particularidade quanto aos modos de vida dessa população tradicional, associados às zonas rurais. Seus aspectos da vida social são permeados pelas relações próximas, presentes na alimentação, no trabalho, na religiosidade e, portanto, na vida em comunidade.

Brandão (1983) indica que o caipira fora identificado como o trabalhador da terra, responsável pelo povoamento do interior paulistano. Revelando grande proximidade aos ritmos da natureza no plantio, na caça, na coleta e na pesca, teceu no interior de seu grupo, uma ordem social e simbólica de conexão através de códigos que regeram as trocas vicinais, produções artístico-religiosas e rituais.

O lavrador camponês que partia em busca de terras desbravando as matas tornava-se sitiante, podendo assumir categorias de trabalho como parceiro, agregado ou camarada em fazendas. Trazendo consigo ascendência indígena e costumes de origem portuguesa, o caipira paulista possuía um modo de vida próximo aos ritmos da natureza, mantendo o trabalho rudimentar com uso da mão de obra familiar na produção para a sua subsistência, contando com uma vida coletiva baseada em permutas e relações próximas de vizinhança.

Para Brandão (1983), os camponeses destituídos das terras nas quais trabalhavam, em meio caminho entre o homem branco e o indígena, teriam aprendido a religiosidade nos cantos e danças no processo de catequização no período da colonização. O catolicismo popular foi incorporado

em uma sequência de ritos solenizados permitindo uma maior assimilação do evangelho nos tempos festivos.

Queiroz (1973) ressalta que sua maior expressão esteve associada à classe de sitiantes organizados na vida de bairro, destacando-se o relativo isolamento das residências, e marcada por momentos de encontro na época da colheita, no auxílio mútuo prestado entre os pares e pelos ritos religiosos cuja devoção se expressava pelo catolicismo. De acordo com a pesquisadora, as alterações das atividades econômicas e a precarização do convívio avultadas pelo processo de urbanização, contribuiria para a desestruturação desse modo de vida. A proximidade assegurada pela vida no bairro rural, por sua vez, funcionava como um contraponto às tendências individualizadoras advindas da urbanização, mantendo a coesão, proporcionando capacidade de resiliência das relações vicinais amparadas pelo parentesco, na formação de estruturas que compensariam as alterações, sustentando um equilíbrio social (Candido, 2010).

Assim como ressaltado por Candido (2010), dentre as situações de crise e de mudança para o caipira, há um potencial de ajuste às novas condições da economia capitalista concomitante à manutenção de formas tradicionais como força de coesão social, incluindo o sistema de crenças, valores e costumes. Tendências que se exprimem na ressignificação do mito, e ainda, de introjeção de anseios presentes na vida coletiva acerca das reivindicações políticas, religiosas e sociais no tempo festivo.

A Festa de Santos Reis ou Folia de Reis é um símbolo das festividades do ciclo do Natal, oriunda dos antigos autos religiosos populares da Europa do século XV, tendo como expressão suas representações teatrais e profanas que foram incorporadas e sacralizadas pela Igreja (Brandão, 2010). Sua difusão no Brasil esteve associada à catequização trazida pelos jesuítas, estabelecendo espaços de aprendizagem de rituais e devoções que se estenderam entre os camponeses, tendo acentuado o protagonismo e a reinvenção da Festa entre as classes populares.

Ao se referir à função das folias, Brandão (1981, p. 39) retrata a Folia de Reis como uma “[...] reconstrução simbólica de um espaço camponês para usos comunitários de um ritual religioso produzido por situações de diálogo e contrato entre um grupo móvel de foliões e grupos fixos de moradores rurais.” Trata-se, portanto, de um ritual que simboliza de maneira mais evidente o conteúdo

e a estrutura presente na vida cotidiana, inclusive anseios e conflitos que têm vazão no caráter permissivo da festa.

Através da festividade, há uma solenização de ações e comportamentos condensando regras sociais e símbolos que permitem identificar um espaço de representação, que na concepção de Lefebvre (2013), se constitui por meio da subjetividade, da imaginação e da apropriação de determinado território pelo seu valor de uso. Em razão dessa perspectiva de uso do espaço, há uma circulação de simbolismos nos rituais que pertencem ao catolicismo popular através da devoção coletiva, estabelecendo um espaço de troca de bens e dons.

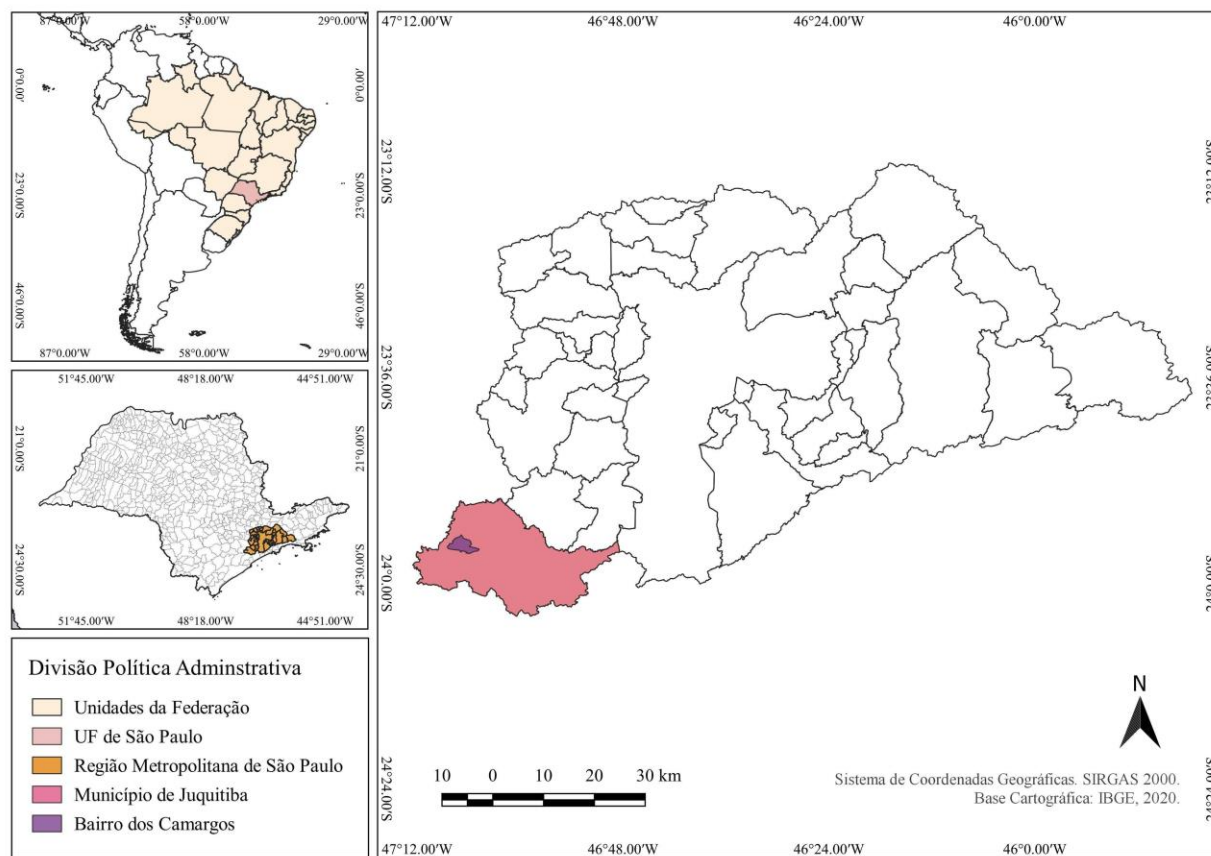
Nesse sentido, partimos do pressuposto da possibilidade de resistência de outras formas de apropriação do espaço assentadas na diversidade de tempos espaços contidos no movimento desigual de desenvolvimento da sociedade (Lefebvre, 1978), permitindo, assim, a coexistência de modos de vidas fundados na permanência no território, no sentimento de pertencimento e da vida comunitária. Movimento que vai de encontro a uma perspectiva de desterritorialização pelo enfraquecimento dos laços com o território, pois renova um modo de vida

pautado em uma rede de relações que permanecem em espacialidades que possuem um tempo social próprio.

Em nossa pesquisa, voltamos a um dos antigos núcleos rurais do cinturão caipira de São Paulo, o aldeamento de Itapecerica (onde se localiza o atual município de Juititba), para compreender o mote que se faz presente mediante a renovação do ritual da Festa de Santos Reis, realizada anualmente no bairro rural dos Camargos (figura 1).

Considerando que na atualidade o município de Juititba compõe a Região Metropolitana de São Paulo, o bairro dos Camargos, inserido em zona rural, está envolto pelas novas dinâmicas da urbanização, visto que há uma maior inserção da população no setor de serviços. Temos não somente uma classe de sitiantes e parceiros, como também assalariados na função de cuidadores de chácaras de veraneio, executando atividades que permitem desfrutar de tempo livre para os momentos de lazer e da prática da religiosidade. Aspectos vinculados à condição socioespacial predominantemente rural do município, permitem a continuidade histórica de um modo de vida que é amparada pela organização de laços de parentesco na vida de bairro.

Figura 1 – Localização do bairro dos Camargos em Juititba, São Paulo, Brasil



Fonte: elaboração própria, 2022.

Objetivou-se, portanto, identificar quais práticas associadas à cultura caipira são reproduzidas pela comunidade do bairro, evidenciando elementos irreduzíveis que se inserem no mundo simbólico que tende a recriar e ensinar a permanência de um sistema de valores através da prática da religiosidade popular. Tomamos o bairro como recorte de análise considerando sua especificidade mediante a expansão urbana, por congregar particularidades que permitem certa autonomia no processo de produção espacial.

Para isso, recorreremos à literatura acerca da cultura caipira, do catolicismo popular e da produção diferencial do espaço considerando as diferentes temporalidades coexistentes na formação de territorialidades. Em nosso estudo de caso realizamos a apreensão do histórico da formação do município e de sua cultura através do acompanhamento da festa durante os anos de 2018 a 2020, identificando a sequência de rituais, gestos e seus significados.

Também se lançou mão da coleta de relatos orais de moradores antigos e atuais festeiros, através de gravação e posterior transcrição. Conforme Queiroz (1991) o relato oral é tido como base de informações e, uma vez registrado por meio da escrita, se cristaliza. Há, nesse processo, mediações e interferências inevitáveis, desde um certo desconforto por parte do interlocutor quando se liga o gravador, até a transcrição. Tal fato não invalida o conteúdo das narrativas, visto que interferências sempre vão existir, não se configurando, deste modo, um problema de autenticidade. De qualquer forma, é preciso elucidar que tais relatos foram conduzidos a partir de questões centrais pré-estabelecidas, condizentes com a temática da pesquisa e seus objetivos.

A abordagem sobre a presença da cultura caipira na Festa de Santos Reis está organizada de forma a situar, no nosso estudo, a relação estabelecida entre o bairro, a cultura caipira e a festa. Num primeiro momento procuramos salientar a historicidade desse modo de vida na literatura, considerando outros trabalhos de pesquisa com a mesma abordagem e, especificamente, os que foram realizados em nossa área de pesquisa, destacando a caracterização do município e algumas tendências que concorreram para a qualidade de sua constituição.

Posteriormente, adentramos à discussão da religiosidade que se perpetuou entre as sociedades caipiras e o papel exercido pelo catolicismo popular como força de manutenção e coesão social. Considerando a ressignificação de seu cerimonial na perpetuação de uma ordem que esboça o seu modo de vida, foi possível identificar redes de conexões

entre a comunidade e a divindade por intermédio de transmissão de saberes e fazeres populares.

Por último, trazemos a experiência da Festa de Santos Reis que é realizada no município de Jujutiba, tendo o bairro como palco dessa festividade que proporciona uma rede de sociabilidade entre os moradores. Foi possível, portanto, traçar um paralelo entre a permanência das atividades lúdico-religiosas aos laços de parentesco e compadrio que são reforçados pela territorialidade do bairro, tendo a Festa de Santos Reis como recurso de expressão de resistências da cultura caipira.

2. A territorialização das sociabilidades caipiras e sua especificidade no município de Jujutiba

A formação de um modo de vida que resultou nas sociedades caipiras, como mencionado anteriormente, está intimamente relacionada ao processo de ocupação do atual estado de São Paulo por volta do século XVI pelo movimento de colonização portuguesa. Em algumas áreas, sob o encargo dos padres jesuítas da Companhia de Jesus, a ocupação teve como objetivo a catequização e a criação de aldeamentos indígenas para a evangelização. Sendo contrários ao uso de mão de obra escravizada, prezavam pela permanência dos indígenas aldeados, estes trocando saberes tradicionais e incorporando costumes portugueses, reinventando e dando continuidade àqueles que eram de sua estima.

Como retratado por Corrêa (1999), os aldeamentos se estabeleciam sobre áreas já ocupadas pelos indígenas, sendo consideradas em documentação como matas virgens. O aldeamento de Itapecerica como uma das antigas fazendas jesuítas, possuía produção agrícola para a subsistência e para a manutenção do Colégio de São Paulo, núcleo administrativo e de habitação dos padres jesuítas. Além da doutrinação, os agrupamentos indígenas eram requisitados no desbravamento de matas como exploradores ocupando novos espaços.

Mediante a possibilidade de crescimento econômico com a agricultura de exportação e a desestruturação da ordem jesuíta no Brasil do século XVIII, a mão de obra indígena foi substituída e empurrada para outras áreas. De povoador a uma peça fundamental no processo de colonização, o indígena passou a ser visto como um empecilho mediante a valorização das terras, pois ocupava uma área predominantemente rural nos arredores da cidade de São Paulo (Petrone, 1995).

Com a extinção dos aldeamentos, as terras desbravadas e cultivadas passaram a ser transferidas aos novos colonos sob ordenamento do império, restando aos indígenas e aos posseiros luso-brasileiros a sua inserção nas fazendas como lavradores ou a ocupação de terras despovoadas. Consequentemente, deixa de ser realizada a identificação do indígena em relatórios e certidões, sendo que a sua caracterização não mais comportaria a sua distinção nem a de sua descendência (Corrêa, 1999).

Encontramos uma diferenciação quanto a sua ocupação no território. A partir da promulgação da Lei de Terras (Lei 601, 1850), foi instituída a formalização de venda e compra de terras, possibilitando a sua aquisição por meio de contratos, o que resultou na expulsão de grupos destituídos de poder aquisitivo para áreas menos favoráveis à produção agrícola e na oferta de mão de obra itinerante. A dinâmica de expansão das zonas cafeeiras e da produção canavieira nas áreas de interesse econômico, marcou um agrupamento de localidades que se lançaram na propulsão da economia paulista.

Nossa área de pesquisa é caracterizada por uma ocupação antiga que data do período da colonização junto do avanço de posseiros no século XIX. Ao não ser atingida por estes ciclos econômicos, permaneceu em relativo isolamento, o que contribuiu para a persistência de um modo de vida tradicional em Juititaba (Fukui, 1979). As condições fisiográficas em área serrana impuseram barreiras às transformações no território devido ao ambiente pouco vantajoso para o avanço da agricultura e da criação de caminhos vicinais, condição apontada por Petrone (1995), que evidenciaria a presença de núcleos com características caipiras conservadas.

Ao retratar o bairro rural em Juititaba, Queiroz (1973) destaca o predomínio de uma classe de sitiantes proprietários de terras que dedicavam tempo às roças e à venda de excedentes utilizando mão de obra familiar com o emprego de técnicas rudimentares. Assim como em outros bairros rurais, constituía-se uma homogeneidade no perfil populacional, com a persistência do ritmo de dispersão necessária para a execução das atividades agrícolas e reuniões periódicas voltadas à prática da religiosidade.

O contato com a região do entorno, além da troca de excedentes na cidade de São Paulo, se refletia nas relações estabelecidas junto às romarias e viagens para festas em outros municípios como para Pirapora do Bom Jesus, Iguape, Aparecida e Ibiúna. No seu interior, era comum a realização de festividades do catolicismo popular como a dança

de Santa Cruz, Festa de São Gonçalo, Festa de São João e a Festa de Santos Reis, manifestações que foram essenciais para a manutenção da unidade social do grupo.

O mutirão, enquanto prática de reunião de demais moradores sitiantes para auxílio no plantio e na colheita, se estendia para a necessidade de construção de casas, de barracões, na organização e suprimento de festas. A prestação de serviços a outrem visava a possibilidade de, posteriormente, receber ajuda, permanecendo certa igualdade socioeconômica entre os pares no trabalho e na vida religiosa.

A viabilidade da realização das festas, além do suporte econômico, se assentava sobre a disponibilidade de tempo livre. O sitiante, enquanto proprietário de terras, dispunha de autonomia no trabalho para constantes viagens e para participar das manifestações lúdico-religiosas que reuniam os moradores do bairro.

Alguns fatores de quebra desse modo de vida, em que pese a subsistência, foram apontados por Queiroz (1973) em razão da dinâmica regional a que o município de Juititaba participava. Com o crescimento e desenvolvimento da cidade de São Paulo, houve a necessidade de suprir a demanda da produção de carvão por volta de 1930. No entanto, sem um bom retorno econômico a ponto de as famílias deixarem as lavouras, essa atividade passou a ser complementar às roças. Com o esgotamento de terras, a procura de novos espaços para o plantio levou aos sitiantes aderirem ao regime de parceria.

De acordo com Muller (1951), a parceria é definida como uma relação de trabalho de sitiantes, que em condições financeiras desfavoráveis para arrendar terras de outrem e de prover insumos necessários para a lavoura, se lançam no cultivo da terra de outro proprietário. Nesse modelo de atividade previamente acordada entre os pares, o parceiro cede ao proprietário parte da colheita segundo o auxílio recebido.

Observando as mudanças na esfera da economia doméstica, Queiroz (1973) retrata uma diminuição do ritmo comum aos bairros no tempo dispendido para as reuniões no mutirão, ganhando maior predomínio o trabalho de origem familiar, como para as festividades, os encontros e na duração do ritual religioso. Permanecem estes elementos entre moradores que conseguiram perpetuar seu modo de vida, contando com as adaptações necessárias para sua continuidade.

Ao pesquisar a relação de parentesco e do grupo familiar entre sitiantes, Fukui (1979) recorreu ao recorte do bairro como uma unidade capaz de reforçar estes vínculos. Debruçando-se sobre o bairro das Laranjeiras em Juititaba, encontrou uma

rede de trocas, cujos grupos familiares obtinham ampla participação na composição populacional do restante do município, podendo ser mensurada, nesse sentido, determinada complementariedade entre bairros quanto a sua caracterização.

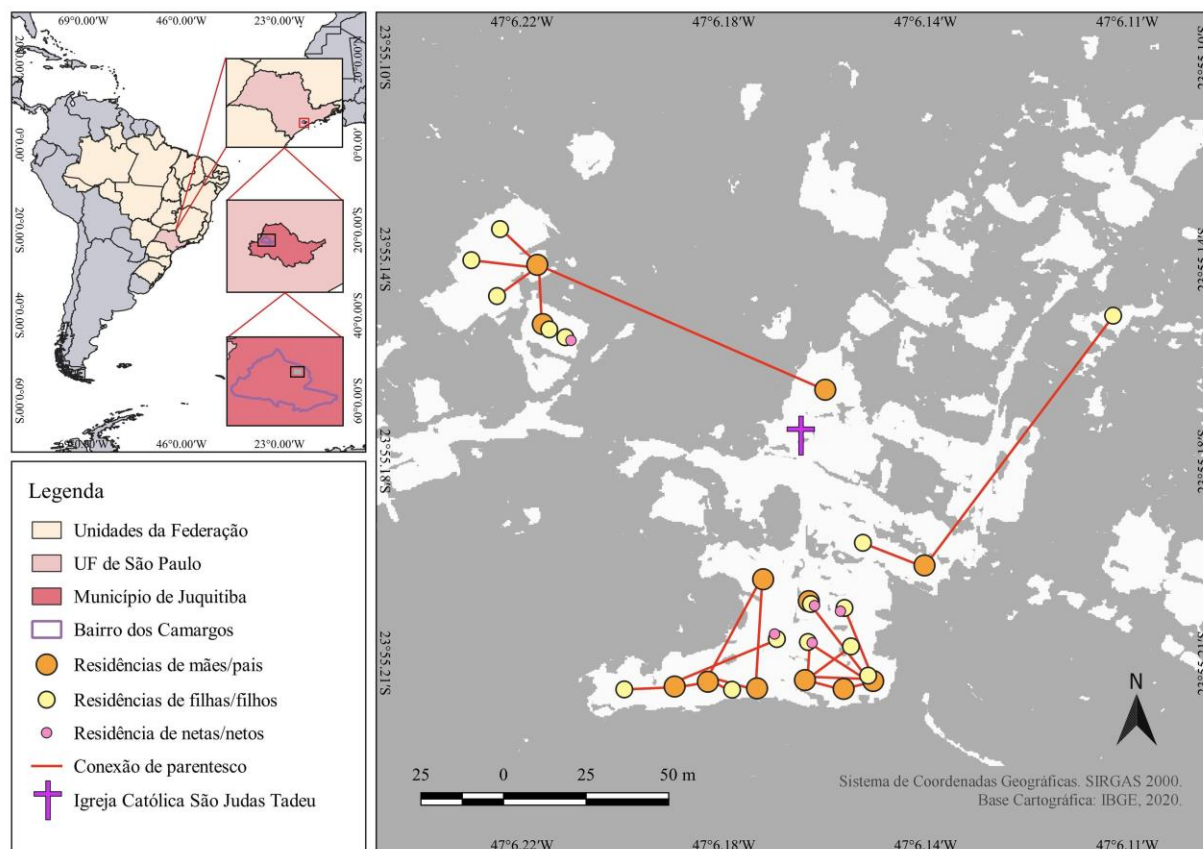
Em Jujutiba, o trabalho com a terra foi ressignificado à medida em que o desenvolvimento urbano da metrópole de São Paulo se estendia entrecortando o município. Pela necessidade de expansão da malha rodoviária, por volta de 1960, foi inaugurada a Rodovia Federal BR116, trazendo consigo novas formas de trabalho como as atividades do comércio e de serviços. Com a valorização dessas terras, houve um crescimento significativo da venda de terrenos e de casas às margens da rodovia, constituindo agrupamentos que definiram as atuais manchas urbanas.

A partir da venda, os moradores passaram a se dedicar ao comércio na condição de assalariados, muitas vezes se deslocando aos municípios vizinhos, ou voltavam a trabalhar em uma estrutura semelhante à parceria nas terras vendidas. Executando um trabalho relativamente autônomo, o “caseiro” é aquele que cuida da chácara ou sítio de outro proprietário, residindo no mesmo terreno ou não, é o responsável pelo cuidado com a

horta, pela manutenção da casa, do quintal e da criação de animais.

A permanência dessa predominante ruralidade se deu pela baixa inserção econômica regional e por sua grande importância ambiental. Dessa forma, Jujutiba foi tomada como uma área de conservação de Mata Atlântica com a possibilidade de suprimento da região do entorno, tornando-se área de proteção de mananciais. Devido às restrições de instalação de equipamentos urbanos e de determinadas atividades consideradas de impacto, se estendeu uma gama de empregos em atividades de natureza rural como no comércio, na prática agrícola, na prestação de serviços domésticos e no setor de construção. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2010), o percentual de ocupação nesses setores equivale a 16,9%; 13,8%; 11,6% e 8,2% respectivamente. Enquanto a população localizada na área rural do município equivale a 65% na nova classificação proposta pelo IBGE (2017), é possível encontrar em grande parte das relações trabalhistas, o uso de mão de obra familiar, o trabalho infantil e as atividades informais.

Figura 2 – Padrão de distribuição de residências familiares no bairro dos Camargos (Jujutiba-SP).



Fonte: elaboração própria, 2022

Geralmente, os bairros rurais se constituíam a partir de um núcleo como o da capela e/ou da igreja, com a ocupação de seu entorno. Atualmente, como alternativa à condição de restrições de uso e ocupação do solo e à tendência ao esvaziamento dessas áreas pelas condições de vida, é notável o crescimento de residências no mesmo terreno do núcleo familiar (figura 2). Um dos fatores que levam à sua condensação se dá com a revalorização das terras e a redução sensível da possibilidade de expandir as construções para novas áreas. Deste modo, contraditoriamente, o fenômeno contribui com a permanência em seu local de origem, fortalecendo a constituição familiar dos bairros assim como do contexto social aí inserido, com uma historicidade da sociabilidade caipira que se faz presente na produção espacial.

A formação de bairros a partir de fortes vinculações familiares, mediante as dinâmicas de trabalho e da função que o município assumiu ao longo do tempo, permitiu uma sustentação desse modo de vida associado à sociedade caipira. A manutenção do trabalho executado com auxílio familiar, a relativa autonomia para o trabalho, a prática da religiosidade reforçando o sentido coletivo das festas, mutirões e romarias, permitiu, mesmo com a diminuição da frequência e duração, certa constância, mantendo aquilo que Candido (2010) chamou de mínimos sociais e vitais que asseguram fatores de equilíbrio para as sociedades camponesas.

Ademais, não se perde a condição de camponeses que lidam com a terra e dela retiram parte da alimentação ao se inserirem no setor de serviços. Alguns desses são assalariados, que mesmo na condição de proprietário com uma pequena produção, a mantém compartilhada pelo grupo familiar. As permanências que destacamos em relação ao trabalho e ao habitar compartilhado, também se estendem para outras esferas como a vida social e religiosa, que podem ser consideradas como testemunhos da sociabilidade caipira.

3. Função social e representação simbólico-cultural do catolicismo popular

É de praxe a noção de desenvolvimento do catolicismo popular entre as sociedades camponesas. Sua difusão teve como propulsor a catequização promovida pelos jesuítas em terras brasileiras. Fugindo do aspecto convencional e institucionalizado quanto à prática religiosa, a vertente católica que se espalhou entre as populações indígenas, negras e caipiras tinham origem no catolicismo proveniente de Portugal, revitalizado

em meio às classes populares, transmitido de forma lúdica. A princípio, seu ensinamento esteve vinculado à necessidade de certo controle social, sendo ressignificado como potencial de identificação por esses grupos.

Em meio aos indígenas aldeados, os jesuítas foram responsáveis por repassarem o ensino religioso através das festividades, procissões, promoção da formação de grupos de músicos e de foliões. Ao longo do tempo, a igreja assimilou elementos profanos em seus rituais como os autos religiosos da Europa Medieval, em que eram comuns a representação teatral e a manifestação ritual de cantos e danças como espaços centrais para troca de saberes.

Ao retratar as condições de vida nos aldeamentos, Petrone (1995) destaca que era comum a requisição de músicos para as festividades e recepções de visitas importantes. Já em busca de um histórico do município de Itapeverica da Serra, Corrêa (1999) ressalta que anos após a saída da ordem jesuíta do Brasil, a população, por iniciativa própria, deu continuidade a uma banda de músicos, favorecendo a transmissão dessas funções para outras gerações.

A Igreja de fins do século XIX visou romper com essa tradição, e como destacado por Brandão (2010), a restrição imposta, ao invés de desencorajar, levou à migração e sustentação desses rituais em espaços longínquos, nas pequenas cidades, nas ruas, entre outras espacialidades que permitissem a efusão dessas manifestações. Ainda hoje é possível encontrar a insurgência dessas práticas devocionais associadas às igrejas, procissões e festejos do calendário litúrgico.

As festividades mais conhecidas do catolicismo popular que incorporam preceitos de danças e cerimoniais que envolvem grupos de foliões podem ser mencionadas na Folia de Reis, na Folia do Divino, na Festa de São Gonçalo, Festa de Santa Cruz, entre outras. Em Jucituba, essas manifestações se desenvolveram entre sitiantes e residentes nos bairros, tendo um ambiente propício para sua continuidade.

No meio rural as festas possuíam estrita vinculação com o tempo da colheita, tendo sido promovidas como resultado de promessas, comemoração do fim do ciclo agrícola, como demais comemorações da vida religiosa camponesa. Como que por tradição, era função do grupo familiar organizar e reproduzir o ritual, sendo a manutenção desse círculo social essencial para a passagem de conhecimentos que envolvem o ritual.

Ainda que drasticamente reduzidas em razão da transformação do sistema de trabalho, das condições de moradia e de tempo, algumas

festividades tomam fôlego mediante incentivo da comunidade, ou mesmo de comerciantes e prefeituras municipais. Em seu caráter popular, se destaca a autonomia e o protagonismo de festeiros devotos na sua realização. Com ou sem auxílio externo, a permanência está intimamente ligada ao significado que adquire pelo grupo, e, de acordo com Bosi (1987), reside na capacidade dos grupos de adaptação e de reestruturação de práticas para inseri-las em seu cotidiano.

Queiroz (1968) destaca o protagonismo de capelães¹ e festeiros que levam a cabo a organização de festas e folias estabelecendo um espaço de autonomia na condução de simbolismos. Seguindo sua linha de pensamento, as manifestações praticadas nos bairros rurais figuram uma vertente do catolicismo rústico, tendo sua permanência sustentada pelas relações de vizinhança, fortalecendo uma coesão social.

Em função dessas sociabilidades, Brandão (2010) menciona a conformação de certa hierarquia entre mestres e aprendizes, marcada pela transmissão de saberes populares, constituindo-se em espaços privilegiados para a perpetuação de modos de ser e pensar do mundo camponês. Recriam-se conhecimentos transmitidos pelos meios “oficiais” para um ritual em que é necessário o comprometimento de uma equipe que faz circular, na sua comunidade, o imaginário coletivo permeado pela devoção e por regras sociais internas.

Na reinvenção de ritos pelas classes populares, também foram inseridos símbolos e práticas necessárias à permanência da coletividade, como os pedidos de ofertas e distribuição de alimentos no dia festivo, a escolha de festeiros responsáveis pela próxima festa, entre outras ações que concorrem para a construção comunitária da festa. Como o mutirão realizado na lida do trabalho, há o estabelecimento de um espaço de trocas entre os moradores do bairro, sendo possível identificar ações que ensejam a permanência dos festeiros nos bairros. A cada ano, reconstrói-se um espaço simbólico sagrado que se constitui pelo agrupamento de casas por onde circulam os foliões, bendizendo e contando com a presença do festeiro para a continuidade da festa.

De acordo com Brandão (1981), o ritual contido nas folias retrata uma estrutura social complexa sob um sistema de trocas simbólicas entre seus integrantes. É estabelecido um período de tempo para a circulação de bens e dádivas. Apesar de contestadora, a festa não projeta uma ruptura com o cotidiano, mas o transporta para o tempo festivo, incorporando desejos e situações dentro das possibilidades e limites para sua realização, evidenciando as estruturas vividas pelos sujeitos.

Seguindo uma perspectiva em Mauss (2003) acerca da noção da dádiva, há uma prestação de serviços entre grupos familiares e de vizinhança, fundamentado em uma troca de bens materiais, de gentilezas e de doação de tempo que os integra numa comunidade. Brandão (1981) destaca que esse movimento de dar, receber e retribuir seja um dos significados simbólicos das folias, suscitando a solidariedade grupal. Além de uma condução da fé, permite a sustentação de uma rede de relações ligadas pelo aspecto religioso. Dessa forma, a religiosidade presente na cultura caipira reestabelece um equilíbrio no perfil do bairro rural.

Na maioria das vezes, esse intercâmbio se dá de maneira desigual: há os que podem doar bens em nome dos Santos Reis para a continuidade da festa e esperam receber as bençãos; assim como os que não podem doar pela condição econômica, doando-se no auxílio para o funcionamento do cerimonial. Na figura dos foliões, há uma mediação entre as esferas espiritual e material em relação àqueles que recebem dádivas durante a passagem das bandeiras e de seus santos devotos. Ao mesmo tempo em que se distribuem bens e graças, se visa corrigir disparidades presentes no atual modelo de sociedade através do simbolismo imbuído na festa.

Nesse sentido, a religiosidade inserida na cultura caipira, além de ser uma conservação de modos de ser, de ritos e costumes de origem portuguesa e indígena, revela uma tentativa de compensação da vida cotidiana. Como ressaltado por Canclini (1983), as festas do catolicismo popular projetam uma ordem que corporifica a necessidade da vida em grupo no auxílio mútuo, dão vazão ao sentimento de pertencimento à comunidade e procuram diminuir os distanciamentos por meio da devoção. Assim, “[...] a festa sintetiza a totalidade da vida de cada comunidade, a sua organização econômica e suas estruturas culturais, as suas relações políticas e as propostas de mudanças” (Canclini, 1983, p. 54).

Segundo Priore (1994), os ritos não somente reproduzem uma ordem importada das instituições de poder, mas funcionam como espaços de utopia, de fantasias, em que se esboçam os anseios, as frustrações e as reivindicações do grupo social, “[...] permitem às crianças, aos jovens, aos espectadores e atores da festa introjetar valores e normas da vida coletiva, partilhar sentimentos coletivos e conhecimentos comunitários” (Priore, 1994, p. 10).

Assimilada pelas classes populares, a religiosidade, principalmente a vertente do catolicismo desenvolvida no meio rural, cumpre uma função de retomada da autonomia de seus praticantes quanto à reprodução das relações

cotidianas. Permite traduzir seu mundo vivido como prática no momento festivo. “Ajudam a explicar muitos mistérios das relações entre pessoas e grupos, uns com os outros e todos com o mundo. Amparam o sofrimento, explicam a morte e a condição pobre e subalterna da vida oprimida do campesinato” (Brandão, 2010, p. 88).

Assim como ampara as relações vicinais no bairro promovendo uma coesão interna, o aspecto lúdico-religioso revive elementos da cultura caipira através dos gestos e comportamentos inseridos no ritual. Com alterações notáveis quanto ao funcionamento das festas comparadas às décadas anteriores, é possível registrar permanências por meio da resignificação do seu sentido naquilo que pode ser mantido. Não somente veiculam uma sequência de histórias, mas entoam a história e a vida em comunidade.

A conservação dessas manifestações culturais estaria invariavelmente associada aos grupos que a mantém viva. O coletivo é responsável por construir um território simbólico que se sobrepõe ao contexto mais concreto, tomando o espaço como um importante referencial para a construção da identidade (Haesbaert, 2014). Portanto, ainda que fortemente arraigada no campo das representações, a estrutura identitária se constrói em relação com a condição espaço-temporal em que o grupo se insere, evidenciando resistências quanto às mudanças impostas por mecanismos de dominação do território.

Dessa forma, destaca-se a construção de um “paradigma territorial contra hegemônico” enquanto um espaço vivido pelas relações sociais em estreito laço com seu meio é intermediado por reivindicações de grupos subalternos, pois “[...] buscam a construção de territorialidades alternativas em que a concepção de território é reelaborada a partir de suas próprias experiências vividas” (Haesbaert, 2014, p. 63).

Nessa perspectiva, o aspecto relacional da identidade se firma mediante as características socioespaciais. Em nosso estudo, esse aspecto se revela na condição do município de Juitituba, que, ao ter sido historicamente produzido como área rural de interesse ambiental, favoreceu a permanência de elementos de formações socioeconômicas anteriores que se adaptaram a um novo contexto. Embora possa haver disputas por esses espaços, a disposição de fixos como as residências, os locais de reunião e de trabalho muitas vezes compartilhados, sustentam uma rede de sociabilidades que se construíram na sociedade caipira.

As atuais dinâmicas do município alimentam as relações comunitárias, assim como o

simbolismo criado nessas condições retroalimentam a apropriação do território. A garantia de permanência no território se faz de extrema importância para a manutenção do grupo responsável pelas manifestações populares, sendo a conservação da estrutura do bairro rural de base familiar um dos pilares de sustentação da cultura caipira.

É a partir de condições de alteridade que se destaca o papel da identidade. De acordo com Claval (1999), seu fortalecimento aparece como resposta à mudança e na relação com o outro, em que se percebe diferenças em razão de costumes, modos de vida, crenças e práticas cotidianas, acentuadas com o processo de urbanização que se espalha ao meio rural. A resignificação de seu modo de vida é transmitida segundo códigos que são incorporados a um novo contexto, utilizando do aspecto sociocultural como recurso de sobrevivência.

A festa popular como estrutura social, nesse sentido, exhibe as diferenças contidas na sociedade e propõe uma ordem social a partir da comunidade. Produz um espaço sagrado que enseja ser compartilhado, consolidando os vínculos afetivos uns com os outros, com o espiritual e com o seu território.

4. A Festa de Santos Reis no bairro dos Camargos: resistência e manutenção da cultura caipira

Das festividades que estiveram presentes no município de Juitituba, é revitalizada a Festa de Santos Reis. Chamada também de Folia de Reis, a festividade teve amplo desenvolvimento entre as sociedades camponesas. A princípio, a história que permeia o tempo festivo proclama a vinda de Jesus Cristo e a jornada dos Reis Magos seguindo a estrela guia até o Cristo, ocasião em que ofertaram presentes como símbolo de sua fé. Inspiradas nos autos religiosos da Europa, as folias revivem o acontecimento de forma cerimonial, executando rituais tradicionais em outras localidades.

Sua organização conta com a presença de um grupo de foliões, formado pelo mestre, responsável pela ordem da folia e pelos versos das músicas, pelo contramestre que responde os versos, e demais músicos instrumentistas que fazem uso da viola caipira, do violão, do pandeiro, da caixa e da sanfona. Em alguns grupos, como o de nossa pesquisa, também faz parte a figura do bastião, representando os soldados do rei Herodes, incumbidos de encontrar o recém-nascido, que arrependendo-se de sua missão, seguem abrindo caminho para os Santos Reis.

Os demais participantes estão na função de rezadores - capelães antigos do bairro que fazem a

reza do terço e do responsório no dia da festa - na figura de festeiros - moradores dos bairros que se dispõem a auxiliar na produção da festa com mão de obra e com recursos financeiros - e, por último, o papel do alferes - festeiro responsável pelo bairro, que recolhe ofertas e permanece com a bandeira em casa.

Anualmente, em dezembro, se dá início ao percurso do grupo de foliões pelos bairros da Eva e dos Ritas, adjacentes ao dos Camargos. É comum encontrar relações de parentesco entre esses bairros e no interior do próprio grupo. A visita às casas é conhecida como giro da Folia, marcado pela passagem da bandeira na casa dos festeiros, os abençoando e como momento de recolher ofertas para o custeio da festa. Na ocasião, também é promovida uma dança pelos bastiões, cuja tradição pode levar à escolha de novos festeiros, caso uma fitinha se solte de sua vestimenta.

A bandeira que percorre os bairros, geralmente, parte da casa do festeiro do ano que, junto do mestre, fica responsável pela organização da festa. Comumente, a bandeira é ornamentada com fitinhas coloridas, com uma estrutura esférica coberta com papel laminado e por pinturas feitas à mão. Nos bairros abrangidos pelo grupo assistido, a principal bandeira é vermelha com o desenho de uma pomba branca simbolizando o Espírito Santo sobre a imagem dos três Reis Magos ofertando presentes, assemelhando-se com a bandeira da Festa do Divino. Também é adicionada uma segunda bandeira na cor branca, especificamente dos Santos Reis.

O giro da folia se encerra no dia 6 de janeiro, na ocasião do dia dedicado aos Santos Reis. No bairro dos Camargos, a escolha do dia da festa é feita pelo alferes junto do mestre, pensando na disponibilidade dos festeiros para participar, ocorrendo em diferentes datas em cada ano. Como retratado pelos moradores entrevistados, era comum o prolongamento da festa, o que não tem mais acontecido por conta do tempo dedicado ao trabalho, no caso dos assalariados, permanecendo as adaptações para sua continuidade.

O início da festa, também conhecido como o dia da “entrega” se dá com a saída da bandeira da casa do folião na função de alferes ou bandeireiro, indo em direção ao bairro dos Ritas, para o encontro das bandeiras na igreja. Alguns moradores do bairro dos Camargos e de outros adjacentes se juntam para ir à igreja pedir bençãos diante do presépioⁱⁱ, dar início a uma reza cantada pelo grupo de foliões e, em seguida, sair em procissão de volta ao bairro, para a Igreja de São Judas Tadeu (figura 3), em menção à jornada dos Santos Reis. Toda saída e

chegada dos festeiros é anunciada pela soltura de rojões, marcando a passagem da bandeira enquanto os foliões cantam:

*Ai Santo Rei desceu do céu ai
Ai nessa hora abençoada ai
Ai Deus abençoe todos vocês ai
Que a recebeu nossa bandeira ai ai
Ai Santo Rei que lhe pague
Ai que lhe pague a sua oferta ai ai
Ai santo anjo da guarda ai
Ai que abençoe nossa chegada ai ai*

Ai que abençoe nossa chegada, éh... (Letra de música cantada pelo Mestre C., em Juquitiba, São Paulo, Brasil, em janeiro de 2019).

O espaço reservado para a festa costuma ser o de uma igreja, cuja construção e manutenção sempre esteve sob os cuidados dos próprios moradores. Como registrado nos relatos e exposto na figura 2, a formação e expansão do bairro se deu aos arredores da igreja a partir da divisão de terras entre familiares. Mediante as relações vicinais, entre outras características de sociabilidade pautada no auxílio mútuo, evidenciam a propagação de uma crença coletiva, enquanto a religiosidade se mantém como um núcleo de reunião e de coesão social.

Como apontado por Brandão (1977) ao acompanhar uma Folia de Reis em Mossamedes-GO, parte do ritual envolvia a passagem nas casas de pouso, em que o grupo de foliões chega às casas para o jantar e o pernoite, retomando suas atividades no dia seguinte. Já na festa realizada em Juquitiba, o encerramento se dá no período da noite, no entanto, os mesmos procedimentos e a forma como é organizado o espaço, também são encontrados no dia da festa.

No lado externo da igreja é soerguido o mastro com uma bandeira dos Santos Reis anunciando o tempo festivo, bem como é montada uma estrutura em arcos com bambu, cercados por fios com bandeirinhas coloridas. No retorno da bandeira ao bairro, os festeiros aguardam do lado de fora o momento em que os bastiões abrem o caminho para a passagem das bandeiras e dos foliões (figura 4).

Desde a abertura da festa, até a chegada no bairro e ao adentrar a igreja, a música é improvisada pelo mestre, que conduz o ritual cantando todas as ações reproduzidas pelos festeiros. A música retrata a viagem dos três Reis Magos, os pedidos de bençãos para os festeiros e sua família, agradecimento à presença e à contribuição com ofertas e menção do encontro com o menino Jesus.

Figura 3 – Chegada das bandeiras no bairro dos Camargos

Fonte: elaboração das autoras, 2020.

Figura 4 – Ritual de passagem do grupo de foliões pelos arcos da igreja

Fonte: elaboração das autoras, 2020.

De forma simbólica, o ritual reproduzido pelo grupo necessita da licença dos Santos Reis e dos falecidos do bairro para a travessia até o interior da igreja. Os bastiões simulam uma luta com facões ao mesmo tempo em que dançam, trazendo o aspecto lúdico da festa.

Na folia acompanhada por Castro & Couto (1977) no Rio de Janeiro-RJ, há menção de uma homenagem prestada aos falecidos, com a adição de um objeto, um fumo preto como símbolo de pesar pela partida de um dos foliões. Em Juquitiba, a homenagem de respeito aos festeiros que faleceram é feita pela música cantada pelo mestre no momento de visita às casas, assim como no dia da festa. Além

do conhecimento acerca do ciclo do Natal e das histórias bíblicas, é requerida uma vivência entre moradores da localidade sobre os acontecimentos cotidianos fora do tempo festivo, que são transportados para o ritual religioso.

*Ai vou cantar para meu Mestre
Que Deus levou embora da terra ai ai
Ai vou cantar pros falecidos
Que foi embora desse bairro ai ai
Ai vou pedir-lhe pra esses falecidos, ai
Pra mim passar esse cordão ai ai
Ai lá no céu brilha uma estrela ai
Ai pode abrir nossos caminho ai ai
Ai Santo Rei que lhe abençoe ai*

*Também abençoe a família dele ai ai
 Ai Deus abençoe nossos festeiro
 Ai pro ano que vem ai ai
 Ai pode abrir nossos caminho
 Santo Rei está chegando ai ai
 Santo Rei está chegando, éh... (Letra de música
 cantada pelo Mestre C., em Juquitiba, São
 Paulo, Brasil, em janeiro de 2019)*

Em relato, uma moradora retrata que em ocasião do falecimento de uma pessoa do bairro, era promovida uma festa reunindo pessoas e rezadores de outras localidades para prestar homenagens, bem como todo o material utilizado no velório era produzido pela comunidade. Atualmente, a despedida foi terceirizada para outras esferas, sendo poucas as vezes em que se reúnem nas casas, perdendo um dos aspectos que fortaleciam o vínculo do bairro, trazendo para a Festa de Santos Reis a oportunidade de reviver elementos importantes do seu modo de vida.

Ultrapassando os cordões, os bastiões retiram suas máscaras e se ajoelham antes de adentrar à igreja. A bandeira vem logo em seguida, permanecendo na entrada para que os festeiros possam tocar e cobrir a cabeça antes de todos se acomodarem no interior da igreja. Após o ingresso, é dada continuidade ao cerimonial, momento em que a bandeira permanece no altar para os pedidos e agradecimentos, sendo feitos novamente pedidos de benções através da música.

Logo se inicia a coroação e a escolha dos festeiros do ano seguinte, os quais serão responsáveis pela manutenção da festa. O grupo de músicos volta a cantar, conduzindo os próximos momentos da festa. Os bastiões são convocados a passar a coroa na cabeça de um para outro (figura

5), visando a escolha do festeiro do ano pelos Santos Reis. As coroas são confeccionadas pelos próprios participantes, sendo trocadas entre os presentes. Durante a coroação também é feita a escolha do alferes, quem promove a festa no bairro. Depois de coroados, os festeiros se reúnem no altar até não sobrar mais nenhuma coroa, finalizando a escolha dos festeiros.

*Ai vou falar pro meu bastião ai
 Vocês pode passar a coroa ai ai
 Ai a coroa tá passeando
 Ai vamo vê onde vai parar ai ai
 Viva o festeiro do ano que vem!
 Ai a coroa tá passeando
 Ai Santo Rei escolhe o festeiro ai ai
 Ai Deus abençoe essa família ai
 Por todo lugar que nós andarmos ai ai
 Viva o festeiro do ano que vem! (Letra de música
 cantada pelo Mestre C., em Juquitiba, São
 Paulo, Brasil, em janeiro de 2019)*

Com o término da música do grupo de foliões, é passada para os capelães a função de rezar aos Santos Reis, assim como conduzir as demais rezas da Igreja Católica, tais como o Pai Nosso, a Ave Maria e o Credo. A bandeira fica no altar enquanto as coroas são dispostas na bancada para que sejam abençoadas (figura 6). Posteriormente, a festa é finalizada com a realização de um banquete para os festeiros, cuja preparação e distribuição é feita pelos próprios moradores do bairro, que também atuam na montagem da estrutura dos arcos, das coroas e na contribuição material para manutenção da festa.

Figura 5 – Coroação dos festeiros pelos bastiões



Fonte: elaboração das autoras, 2018.

Figura 6 – Reza e pedidos de bênçãos são feitos com a bandeira e coroas no altar

Fonte: elaboração das autoras, 2020.

Como evidenciado durante a promoção da Festa de Santos Reis e da ressignificação do ciclo natalino, há uma dedicação da comunidade do entorno na construção de um espaço sagrado que ultrapassa os limites do dia festivo para o cotidiano da comunidade do bairro e dos arredores. Ao questionar sobre a perspectiva de continuidade da festa em vista das restrições impostas pela pandemia de Covid-19, uma das festeiras afirmou que a intenção é retomar as reuniões festivas, pois é uma tradição que se incorporou ao mundo vivido de seus moradores, cujo significado não se restringe à reprodução de um rito religioso.

A forma de organização da festa, os gestos e comportamentos pautados no auxílio, os locais que percorre, suscitando as relações vicinais os requerendo para a promoção do encontro, das sociabilidades que reforça, a tornam expressão máxima de uma apropriação do espaço promovida pelos seus moradores. Há, portanto, a conservação de determinados símbolos e costumes que se adaptam e se manifestam como uma resistência mediante profunda transformação em seu modo de vida, frente à expansão urbana e seus desdobramentos como mudanças no perfil populacional e de ocupação no trabalho, promovidas sob um tempo abstrato.

As festividades que movem os festeiros devotos acontecem em determinadas condições que abrem margem para a manifestação de anseios e

desejos incutidos na sociedade. Há uma temporalidade diversa, historicamente construída que não se submete totalmente ao componente econômico burocrático, evidenciando aquilo que não é passível de ser diluído.

Canclini (1983) destaca que o momento festivo funciona como mediação entre os aspectos material e imaginário servindo como recurso de vazão das idealizações do grupo, o que leva à projeção de uma outra forma de pensar a sociedade, como uma proposta de mudança. Nas comunidades rurais, associadas à cultura caipira, é possível ver uma inversão de relações de poder, concedendo aos moradores o papel de intermediadores do divino, ao doarem bens e gentilezas e ao promoverem trocas de caráter simbólico que fortalecem a vida comunitária.

A música como parte da manifestação cultural da Folia de Reis, canta a vida dos festeiros, ora em favor da família formada pelos foliões, ora em memória de seus mortos. De forma cíclica, a festa reformula-se para executar aquilo que é essencial, necessitando da presença contínua de seus festeiros e do estreitamento de laços com o território. Peças-chaves para que seja viável representar seu mundo vivido, a festa fortalece aspectos da cultura caipira associadas à ativa religiosidade e à vida em comunidade pautada em normas sociais de auxílio, pertencimento e de solidariedade entre os pares. O grupo de festeiros

devotos torna-se capaz de recriar outras formas de pensar e viver, sustentando, uma outra territorialidade possível.

5. Considerações finais

De antigo núcleo caipira, Juitituba permanece com uma extensão de terras predominantemente rural, que atualmente encontra novas dinâmicas de gestão do tempo e do espaço. De um modo de vida relativamente conectado com a região próxima através da religiosidade e de independência na esfera do trabalho, vemos inverter as posições tendo certa complementariedade e subordinação ao aspecto econômico regional e autonomia para a execução de ritos e práticas religiosas.

Como área rural de mata, destituída de uma densidade técnica em termos de infraestrutura urbana, é comum a projeção de emigração e alterações do perfil populacional dos bairros rurais. Contudo, observamos um fenômeno de territorialização fortemente arraigado nas relações estabelecidas no bairro, com o compartilhamento do mesmo espaço para atender à demanda de permanência ao seu local de origem. Essa necessidade também se expressa no tempo festivo, que busca, simbolicamente, manter o seu grupo de festeiros devotos fixos, renovando anualmente o momento do encontro, e de certa maneira, buscando seus foliões de casa em casa.

Nessa perspectiva, a pesquisa evidenciou alterações incidentes pela modernização sob uma lógica de individualização dos modos de vida, concomitante à reterritorialização de grupos em meio a vida comunitária, ancorados, sobretudo, no aspecto afetivo-simbólico com o território. Fenômeno que pode ser encontrado em outras comunidades que buscam adaptar-se a um novo contexto, sem abandonar a essência do valor de uso do espaço na construção de uma rede fortalecida pelo aspecto cultural.

Nesse sentido, o aspecto cultural não representa somente uma resistência do passado no presente, mas evidencia os anseios contidos na sociedade como o direito à terra, à vida em grupo e pertencimento a um território, servindo de vazão para essas reivindicações. Esse é um contexto que pode se estender a outras abordagens, como justiça social e ambiental, discussões de extrema importância em vista das comunidades rurais estarem envoltas numa inclusão precária diante da expansão urbana para as áreas periféricas.

Ao mesmo tempo em que encontramos restrições ao uso e ocupação do solo, é crescente o povoamento dos bairros rurais pelos grupos familiares, formando aglomerados em que é possível

identificar formas de trabalho com a terra semelhante ao predominante em décadas anteriores. É visível também o fortalecimento das relações vicinais e de parentesco, tendo como um de seus desdobramentos a importância da religiosidade do catolicismo popular como um meio de conservar seu modo de vida.

Com transformações decisivas quanto ao seu habitar, trabalhar e desfrutar o tempo livre, há um tempo social diverso, constituindo temporalidades divergentes que assumem a função de resguardar elementos essenciais ao modo de vida do grupo. Como uma cultura historicamente construída a partir do território simbólico, a cultura caipira se reflete no tempo social mantido no bairro, através das relações que o sustentam e vice-versa.

Ainda que parte do cotidiano, a festa esboça um tempo próprio, emana sonhos, revigora o lúdico, o imaginário e o que existe como potencial de realização da sociedade. As festividades populares, assim, reverberam formas de apropriar-se de seu meio, como modo autônomo e ativo na produção do seu espaço de vida. Dos autos populares religiosos para a criação de um espaço de trocas de bens e de bençãos, há uma intencionalidade que veicula a inversão de uma ordem que foge aos seus desígnios.

Como resposta à dispersão, ao individualismo e às relações mercantis em que se sobrepuja o valor de troca, a comunidade na vida de bairro visa reter em seu interior um espaço sagrado, que busca reduzir as desigualdades e tornar a todos coroados dignos de receberem as benesses não satisfeitas no funcionamento da sociedade moderna.

A Festa de Santos Reis revela, de forma cerimonial e concentrada, a estrutura organizacional do bairro rural e do modo de vida da sua população. Representa não somente a reprodução da história e jornada dos Reis Magos em busca do Cristo, mas da sua busca enquanto coletividade pela manutenção da vida comunitária através do aspecto religioso. Constantemente o bairro se reinventa para tornar possível a continuidade da devoção, da permanência do grupo no território e da renovação de um modo de vida caipira.

6. Contribuições das autoras:

Denise de Camargo Marcelino: conceituação; metodologia; análise formal; investigação; escritura original, preparação do borrador; redação – revisão e edição; recursos; curadoria de dados; administração do projeto; aquisição de fundos.

Neusa de Fátima Mariano: conceituação; metodologia; análise formal; investigação; escritura original, preparação do borrador; redação – revisão

e edição; recursos; curadoria de dados; administração do projeto; aquisição de fundos.

7. Referências bibliográficas

- Bosi, A. (1987). Cultura como tradição. In G. Bornheim., A. Bosi, J. Pessanha, R. Schwarz, S. Santiago & P. Duarte (Ed.). *Cultura brasileira: tradição/contradição* (pp. 112-137). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Brandão, C. (1977). A Folia de Reis de Mossâmedes. *Cadernos de Folclore* (20). Rio de Janeiro: Arte-FUNARTE, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro.
- Brandão, C. (1981). Sacerdotes de viola: rituais religiosos do catolicismo popular em São Paulo e Minas Gerais. Petrópolis: Vozes.
- Brandão, C. (1983). Os caipiras de São Paulo. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Brandão, C. (2010). Prece e folia: festa e romaria. Aparecida: Ideias & Letras.
- Canclini, N. (1983). As culturas populares no capitalismo. São Paulo: Brasiliense.
- Castro, Z. & Couto, A. (1977). Folias de Reis. *Cadernos de Folclore* (16). Rio de Janeiro: Arte-FUNARTE, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro.
- Candido, A. (2010). Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida (11a ed.). Rio de Janeiro: Ouro sobre azul.
- Claval, P. (1999). O território na transição da pós-modernidade. *GEOgraphia*, 1(2). 7-26. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia1999.v1i2.a13349>
- Corrêa, D. (1999). O aldeamento de Itapequerica da Serra: de fins do século XVII a 1828. São Paulo: Estação Liberdade.
- Fukui, L. (1979). Sertão e Bairro rural. São Paulo: Ática.
- Haesbaert, R. (2014). Viver no limite. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. (2010). Censo Demográfico 2010. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/juquitiba/pesquisa/23/22957?detalhes=true>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. (2017). Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação. Rio de Janeiro: Coordenação de Geografia. <https://www.ibge.gov.br/geociencias/orgанизacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15790-classificacao-e-caracterizacao-dos-espacos-rurais-e-urbanos-do-brasil.html?=&t=acesso-ao-produto>
- Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. (1850). Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim601.htm
- Lefebvre, H. (1978). De lo rural a lo urbano. Barcelona: Ediciones península.
- Lefebvre, H. (2013). La Producción del espacio. Madrid: Capitán Swing Libros.
- Mauss, M. (2003). Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac e Naify.
- Muller, N. (1951). Sítios e Sitiantes no Estado de São Paulo. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, 132(7). São Paulo: FFCL.
- Petrone, P. (1995). Aldeamentos paulistas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Priore, M. (1994). Festas e Utopias no Brasil Colonial. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Queiroz, M. (1968). Sociologia - O Catolicismo Rústico no Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, (5), 104-123. <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/45715>
- Queiroz, M. (1973). Bairros rurais paulistas: dinâmicas das relações bairro rural – cidade. São Paulo: Livraria Duas Cidades.
- Queiroz, M. (1991). Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva. São Paulo: T. A. Queiroz.

Notas

ⁱ Capelães é o plural de capelão, um termo cunhado para representar camponeses ou moradores de um bairro que possuem amplo conhecimento acerca das rezas e cantos da Igreja Católica, muitas vezes substituindo a figura de um membro oficial da igreja na condução de eventos religiosos.

ⁱⁱ O presépio é formado por um conjunto de objetos e imagens que representam a cena do nascimento de Jesus Cristo. A sua montagem é feita em época do Natal, utilizando um espaço reservado nas casas, nas igrejas e nas praças das cidades.